

A crítica chasiniana à analítica paulista

Vânia Noeli Ferreira de Assunção*
Lúcia Ap. Valadares Sartório**

Resumo:

Este artigo versa sobre as críticas realizadas pelo pensador marxista brasileiro J. Chasin (1937-1998) às teorias da escola sociológica ligada à Universidade de São Paulo, por ele designada analítica paulista, nominalmente: teorias da dependência, do autoritarismo, da marginalidade e do populismo.

Palavras-chave:

Teoria da Dependência; Teoria do Autoritarismo; Teoria do Populismo; Escola Sociológica Paulista; José Chasin.

Chasin's critique to the São Paulo School of Sociology

Abstract:

This article studies the critiques developed by the Brazilian marxist thinker J. Chasin (1937-1998) of the São Paulo School of Sociology's theories. These theories were linked to the University of São Paulo and named by Chasin as "analítica paulista", nominally: theories of dependency, authoritarianism, marginality and populism.

Key words:

Dependency Theory; Authoritarianism Theory; Theory of Populism; São Paulo School of Sociology; José Chasin.

* Graduada em ciências sociais, mestre e doutora em ciências sociais pela PUC-SP. Professora dos cursos de pós-graduação *lato sensu*: História, Sociedade e Cultura da Cogea/SP; Fundamentos e Práticas de Promoção Social da Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul; e Gestão Escolar da Unicastelo. Professora da graduação em pedagogia e serviço social da Unicastelo.

** Graduada em ciências sociais, mestre em filosofia pela PUC-SP, doutoranda em educação pela UFSCar.

Dentre as inúmeras contribuições do pensador marxista brasileiro J. Chasin para a compreensão da realidade nacional avulta a crítica que fez a um conjunto de teorias que, durante a ditadura militar, ganhou notoriedade e grande primazia na pretensão de elucidar formação e realidade nacionais. Trata-se das teorias da *marginalidade*, do *autoritarismo*, da *dependência* e do *populismo* – produzidas quase ao mesmo tempo na tentativa de criticar a história do pré-64 e, concomitantemente, apresentar uma alternativa política e social para o país. Contudo, quase sempre camuflaram a compreensão das várias facetas que compõem a realidade brasileira, contribuindo para a não configuração de um novo quadro econômico e social.

Chasin denominou as produções teóricas desenvolvidas pelos intelectuais que atuavam na USP e no Cebrap, como Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, José Arthur Giannotti e outros, de *analítica paulista*. Caracterizada por uma visão adstringida do marxismo, a escola sociológica paulista constituía-se num verdadeiro amálgama com influxos weberianos (base da sociologia da modernização), estruturalistas e fenomenológicos, entre outros, sempre cimentados por uma perspectiva liberal-democrática que toma o estado liberal europeu como o “ideal” a ser perseguido – tanto teórica quanto praticamente.

Estas produções teóricas foram largamente disseminadas durante três décadas, o que torna ainda mais pertinente recuperar algumas reflexões realizadas por Chasin em torno delas. De fato, a crítica que este realizou à *analítica paulista* se mantém atual e pertinente, pois aqueles ideários não foram abandonados como explicação de certo período de nossa história, ainda que não tivessem dado conta das especificidades de nossa formação. Na verdade, eles foram propriamente *incorporados*, tomados como pressuposto e, portanto, embasaram produções teóricas posteriores.

Outros autores também desenvolveram uma análise crítica sobre alguns aspectos da sociologia uspiana. Gilberto Vasconcelos e Rubem Barbosa Filho, por exemplo, ressaltaram o vínculo da teoria do populismo com a liberal-democracia. O espanhol radicado na Colômbia Jesús Martín-Barbero, sob uma vertente teórica ainda mais distinta, também chama a atenção para o modo como foram realizadas as análises sobre os governos latino-americanos entre as décadas de 40 e 60, reduzindo todos aqueles processos à designação de período populista. Limitamo-nos, aqui, a trazer à baila os elementos da crítica chasiniana, sempre levada a cabo na análise específica de situações sociais que sofriam influências daqueles corpos teóricos. Nossa tarefa nesse artigo é bem mais restrita: apenas relembremos os principais argumentos da crítica chasiniana, pressupondo que seja complementada pelos demais artigos que compõem esta coletânea comemorativa.

Do imperialismo à interdependência

Com o final da Segunda Grande Guerra, a Organização das Nações Unidas (ONU) disseminou pelos continentes núcleos que objetivavam apoiar o replanejamento das economias nacionais. No nosso caso, foi criada a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), em 1948, com sede em Santiago do Chile, por onde passaram brasileiros como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, José Serra, Luiz Gonzaga Belluzzo e João Manoel Cardoso de Mello. Suas atividades teóricas se intensificaram entre fins dos anos 1950 e início da década seguinte, quando os processos de industrialização ocorridos na região mostraram sérias limitações que precisavam ser compreendidas.

Em suas análises econômicas, a Cepal, sob forte influência de Celso Furtado, criticava o liberalismo e aduzia a existência de um imperialismo conduzido pelos países centrais, que não apenas impediam o desenvolvimento econômico das empresas brasileiras como atrofiavam a existência de um capitalismo nacional. Em outros termos, a Cepal via o subdesenvolvimento latino-americano como relacionado a situações históricas recentes (e não apenas à colonização), ou seja, ao imperialismo, cujo maior interesse seria manter a América Latina produzindo bens primários. Desta forma, a divisão internacional do trabalho, que redundava em desenvolvimento desigual e combinado, reduzia-se a um vínculo abstrato e unidimensional, “através do qual a irradiação do pólo subordinante era responsabilizada sozinha por toda a determinação, dissolvendo, assim, a legalidade específica do pólo subordinado” (Chasin, 1989, p. 74).

De outra parte, com uma visão mais voltada aos aspectos políticos, intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) – como Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier, Michel Debrun, Alberto Guerreiro Ramos, Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida, Ewaldo Correia Lima, Nelson Werneck Sodré, Helio Jaguaribe e Candido Mendes de Almeida – avaliavam o desenvolvimento como um processo histórico que pressupunha uma revolução industrial e uma revolução nacional que tornasse o país apto à formulação e ao estabelecimento de uma estratégia nacional de desenvolvimento. Partiam da idéia de que havia uma burguesia nacional que poderia representar os interesses gerais da nação, não obstante o caráter contraditório desta aliança. Seu objetivo era elaborar uma interpretação da crise em que o país estava mergulhado, a fim de esclarecer e mobilizar as esquerdas, lideradas por uma vanguarda esclarecida.

Como contrapartida ao imperialismo dominante, a Cepal e o Iseb (cuja análise política fora apropriada pelo PCB) propunham o desenvolvimento regional com base em uma estratégia que unisse as burguesias nacionais sob orientação dos técni-

cos do estado. Tratava-se de uma proposta de desenvolvimento fundamentado num planejamento econômico com acentuado protagonismo estatal, baseado na industrialização e com viés nacionalista. Em sua visão, o desenvolvimento deveria unir progresso técnico e elevação dos padrões de vida das massas populares, processo este iniciado com uma revolução capitalista de caráter nacionalista, capitaneada pelo estado e pelos capitalistas nacionais.

Assim, no dizer de Chasin, “a teoria vulgar do imperialismo era solidária com a fantasia do capitalismo nacional autônomo” (Chasin, 1989, p. 75). Esta crença na possibilidade de completude do capitalismo nacional (em termos econômicos, sociais e políticos) se somava, no caso da Cepal, a uma visão parcial e linear do processo, que desconsiderava as configurações específicas do desenvolvimento nacional, salientando unilateralmente a importância do pólo externo.

Rebelando-se contra tais insuficiências teóricas, a teoria da dependência, surgida nos anos 1960, pretendia oferecer uma alternativa teórica e prática aos países latino-americanos. Foi formulada para tentar apreender a estruturação e a dinâmica do pólo subordinado, sua natureza concreta e as conseqüências desta advindas. Assim, invertiam-se os termos e “dependência” – qualificativo próprio à periferia – contrapunha-se a “imperialismo” – designativo da forma de dominação dos países centrais.

Se houve uma tentativa de realizar uma teoria da dependência de viés marxista (especialmente com Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e André Gunder Frank), a maior influência veio de autores que se inspiraram largamente na teoria de Max Weber – nominalmente, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Com estes últimos, em especial, a teoria da dependência se afastou significativamente dos parâmetros analíticos marxianos, incorporando outros referenciais teóricos e distanciando-se dos seus propósitos.

Seu objeto principal eram as relações das economias dos países periféricos com as dos países centrais, hegemônicos, dos quais os primeiros eram dependentes. Esta situação de dependência, diziam, estruturava as relações políticas, econômicas e sociais que caracterizavam o tipo de desenvolvimento dos países dependentes ou periféricos. Tratava-se de uma sorte de círculo vicioso em que as economias periféricas, baseadas quase sempre na produção agroexportadora, reforçariam a situação de dependência em relação aos capitais e tecnologias produzidos pelos países centrais, dependência esta que terminava por plasmear as possibilidades de decisão e ação de tais países.

Contraopondo-se à visão isebiana, os teóricos da dependência avaliavam que a burguesia nacional era uma impossibilidade histórica. Atribuía-mo o subdesenvolvimento não apenas ao imperialismo, mas também à incapacidade intrínseca à bur-

guesia brasileira de dedicar-se a interesses legitimamente nacionais e persegui-los revolucionariamente. Chegavam a afirmar que era inverídica a oposição do centro imperialista à industrialização da periferia, valendo-se dos exemplos das multinacionais que se instalaram no Brasil desde os anos 50. Não haveria impedimento, e sim um *condicionamento* nefasto do desenvolvimento nacional (concentrador de renda no plano econômico e autoritário no plano político), mas a participação das empresas multinacionais e das instituições de empréstimo era tida por eles como imprescindível ao desenvolvimento nacional.

Assim, diante da impossibilidade de uma revolução burguesa nacional, elidindo-se a força das formações subordinantes e descartando-se desde logo uma revolução socialista, restava a esta teoria propor uma associação com o capital estrangeiro, ou seja, terminava-se por legitimar o capitalismo dependente e associado que se instituía no Brasil. Da dependência chegava-se, por tais vias, à *interdependência*, com a supressão da relação desigual entre os estados nacionais. Ao justificar dessa maneira o atraso econômico do país, a teoria da dependência acabou por considerar apenas a universalidade do capitalismo enquanto tipo ideal e, por isso, reduziu as diferenças internacionais a graus de desenvolvimento das nações, considerando a possibilidade de os países “subdesenvolvidos” alcançarem um patamar semelhante ao dos países centrais. Dissolveu, desta forma, toda “possibilidade de traduzir teoricamente o laço real que ata o país ao capitalismo mundial” e retomou “a velha quimera do superimperialismo com suas expectativas de felicidade planetária, através da civilização racional do capital em dueto com a perfectibilização dos processos representativos e operacionais do estado” (Chasin, 1989, p. 75). Nessa perspectiva, a teoria da dependência repôs as antigas teses do desenvolvimentismo produzidas pela Cepal e dificultou tremendamente a compreensão correta do imperialismo – uma das facetas do *historicamente velho*.

Não apenas a via da universalização não foi entendida, mas também a própria entificação nacional enquanto circuito do capital. Em outros termos, esta tese pulverizou a categoria da particularidade e, dessa forma, descurou do efetivo processo de constituição do capitalismo no Brasil e das diferenças reais com relação aos países centrais – ou seja, das objetivações *subordinante* e *subordinada*. Com tudo isso, a teoria da dependência terminou recaindo no erro oposto ao que criticava na tese cepalina do imperialismo:

enquanto a reflexão sobre o imperialismo no pré-64 fazia desaparecer da análise a formação subordinada, a nova perspectiva teórica operava a mágica de dar sumiço à irradiação das formações subordinantes e ao próprio nexo problemático da relação desigual entre as formações, esvaziando o caráter dessa vinculação fundamental nas generalidades dos temas referentes à internacionalização do capital (Chasin, 1989, p. 75).

O mesmo foi feito sobre a relação capital *versus* trabalho: a teoria da dependência colocou à margem as *classes sociais* contraditórias para tratar das lutas sociais como efetuadas entre agentes em conflito – via seja, indivíduos isolados cujos interesses duelam, mas podem ser conciliados pela política. Recai-se também aqui no mesmo resultado: tendo como pressuposto a incompletude do capital brasileiro, e afastando liminarmente a perspectiva do trabalho – o *historicamente novo* –, não poderia haver nenhuma alternativa à ordem capitalista e a modernização excludente seria a única saída possível.

Quando retirou “a própria identidade do capitalismo enquanto forma societária erguida sobre a contradição estrutural entre capital e trabalho”, esta teoria afastou-se da compreensão do modo de produção capitalista para ver as relações sociais apenas como resultado da “interatividade dos homens moldada pelo engenho tecnológico”, com o que todas as esferas sociais passam a ser entendidas como problema de ordem política (Chasin, 1989, p. 75). Esta desintegração do concreto é procedimento típico da perspectiva weberiana, que, diante do real, trata de desfazê-lo e refazê-lo abstratamente, devolvendo como teoria, em vez da estruturação específica dos objetos, um rearranjo subjetivo de fenômenos isolados e artificialmente reagrupados.

Por outro lado, essa tentativa enviesada de compreender o real só é possível com a eliminação da categoria da particularidade. No caso específico, esta elisão remete imediatamente os indivíduos à universalidade do mundo humano, sem que a relação seja mediada pela classe social, responsável pela inclusão de cada um na universalidade. Ao conceber indivíduo e sociedade como antípodas independentes, põe-se, ainda, a possibilidade de separação entre estrutura material (o mundo do burguês egoísta) e esfera política (refazimento abstrato da comunidade, tendo por eixo o cidadão). A luta pelas garantias institucionais no Brasil de fins dos anos 1970 jungia-se a este mesmo procedimento, que elimina a particularidade da liberdade limitada da democracia burguesa para remetê-la liminarmente à liberdade em geral, perfazendo a identificação entre *democracia, política e liberdade*.

Reduccionismo semelhante foi efetivado pela teoria que se propunha a explicar a forma de dominação instituída no Brasil em processo de industrialização. Partindo da idéia de uma grande “artimanha” das elites para ludibriar as massas e manter-se no poder, a teoria o populismo, não obstante o vínculo reivindicado com os interesses do proletariado, capitulou diante do ardil do politicismo e contribuiu para obnubilar o entendimento da realidade nacional, como se discutirá adiante.

A falsa artimanha populista e o ardil do politicismo

Nos seus primórdios, a teoria do populismo – cujos principais teóricos brasileiros foram Francisco Weffort, Octavio Ianni, Francisco de Oliveira, Décio Saes e José Álvaro Moisés – objetivava compreender os processos históricos ocorridos entre 1930 e 1964. A teoria se apresentava como resgate da perspectiva proletária radical, cujo caráter classista estaria diluído pela política de massas da burguesia industrial ascendente. Para isso, os teóricos se valiam “de um punhado de noções marxistas tomadas em sua pura expressão abstrata, que a influência weberiana tornou definitivamente genéricas na sua eclética e incriteriosa conversão a tipos ideais” (Chasin, 1989, p. 80)¹.

No percurso da ditadura militar, esse conceito foi transformado efetivamente em instrumento para diagnóstico da história brasileira, difundindo-se a ponto de tornar-se quase uma unanimidade nos meios acadêmicos. Os formuladores desta teoria vincularam a análise da realidade brasileira aos fenômenos europeus, procurando, assim, definir tipos de atuação política. Ao tentarem compreender os governos da América Latina, realizaram a mesma comparação ao modelo da liberal-democracia: segundo tais intelectuais, o Brasil não desenvolveu uma democracia liberal nem implantou governos totalitários nos moldes europeus, ensejando outro fenômeno, o *populismo*.

Sinteticamente, o conceito de populismo surgiu para definir uma prática política decorrente da manipulação das massas pelas elites que dominam o estado, por intermédio de um líder carismático, cujo objetivo último seria retirar do povo sua autonomia e visão dos próprios interesses. O populismo era explicado como uma prática política típica de um país socialmente atrasado, com instituições modernas ainda imberbes e franzinas, dada a pouca definida estrutura de classes sociais. Deveria dar conta de um período de transição – no Brasil, de 1930 a 1964 – da sociedade tradicional agrária para a moderna industrial e de um estado oligárquico para um democrático.

Nesse processo, inexistiria, porém, a hegemonia de uma nova classe social, abrindo-se um “vazio de poder”, o que tornaria necessário configurar um pacto composto pelos setores agrários, industriais e a grande massa que entrava no cenário político, embora subalternamente e de forma artificiosa. Nesta quadratura histórica, a sociedade, desprovida de canais de organização e de uma estruturação social mais desenvolvida, apelaria para uma relação direta entre as elites e as massas – mais preci-

1. Dados os objetivos limitados deste artigo, nem mesmo mencionaremos aqui outros autores que também se debruçaram de forma crítica sobre a teoria do populismo, como Rubem Barbosa Filho e Jorge Ferreira, entre outros.

samente, entre líderes demagogos e massas manipuladas, responsáveis pela sustentação do *status quo*. As elites tratariam de introduzir as massas de forma subalternizada, impedindo sua constituição enquanto classe autônoma, mas seriam obrigadas a fazer concessões econômicas e sociais. Haveria uma grande *artimanha* para engabelar as massas e mantê-las passivas mesmo diante de uma situação de ausência de hegemonia burguesa. *Dominação* torna-se mera questão de *manipulação*, conseguida por meio da atribuição de uma *falsa consciência*.

Teoria do populismo e sociedade de massas estão estreitamente relacionadas no interior da liberal-democracia: ambas são formuladas como deformações de uma constituição democrática. A massa indiferenciada é dominada por paradigmas que lhe são externos, por meio da astúcia das elites dominantes. Da transição de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna poderia resultar uma sociabilidade determinada pela liberal-democracia ou uma democracia populista. O populismo ou a sociedade de massas seriam formas incompletas ou uma decadência da liberal-democracia, modelo pronto e acabado que se tem em mira. Esta teoria pressupunha, assim, que o grande dilema do populismo era não ter incorporado à perfeição a racionalidade ocidental, embebida em – e determinada por – formas políticas arcaicas, patrimoniais, mantidas por coalizões pluriclassistas entre setores modernos e elites tradicionais. O populismo terminaria logo que o desenvolvimento socioeconômico do país atingisse um novo patamar, cedendo lugar a uma ditadura ou a um legítimo regime democrático que contemplasse todos os agentes: completada a transição, as classes sociais estariam plenamente formadas e cômicas de seus interesses, incluindo a hegemonia política.

De fato, de acordo com tal teoria, o golpe de 1964 veio pôr fim a esse fenômeno social: era o *colapso do populismo*, ocorrido com o fim de uma fase da acumulação capitalista (baseada na substituição de importações) e a organização autônoma dos trabalhadores, não mais enganados pelas elites. Avaliavam seus formuladores que o próprio populismo havia aberto a brecha para o golpe, dado seu desprezo pelas instituições, as concessões excessivas feitas às massas e a sua mobilização como instrumento de pressão diante do imperialismo ou de setores burgueses resistentes. Ficavam de fora das discussões as reformas de base, os projetos sociais reais e diferenciados que digladiavam na cena nacional naquele momento – tudo foi substituído pela *artimanha* do “pacto populista” e de seu colapso. A trama societária é reduzida à esfera política – mais ainda, a um “estilo de política”, do qual se originariam as lutas decorrentes da produção e reprodução da vida material. E o engodo deliberado em que se constitui o populismo significaria a suspensão temporária das lutas de classes e o ensejo para sua convivência democrática. Há, portanto, um largo distanciamento

da apreensão marxiana das lutas de classes – estas, para Marx, são forjadas exatamente no combate contra as classes oponentes.

Longe de pensarem numa alternativa à ordem do capital, os ideólogos do populismo limitaram-se a propugnar que, para garantir a democracia, seria fundamental a manutenção das liberdades individuais e independência perante o estado. Somente dessa forma seria possível impedir que os indivíduos fossem manipulados pelo estado e se evitaria sua dominação total sobre a sociedade. Os teóricos do populismo tentaram explicar os governos que denominaram de populistas tendo como parâmetro a liberal-democracia, cujo modelo previa uma estrutura política e jurídica do estado no intercâmbio com os grupos secundários, entidades de classes e associações, como canais de mediação entre os indivíduos. Esta estrutura política poderia amortecer as pressões das camadas populares sobre as elites e, ao mesmo tempo, garantir os canais de comunicação entre os diferentes setores sociais, preservando, desse modo, o pacto social e a governabilidade.

J. Chasin chamou a atenção para a profunda “fragilidade dessa armação teórica, que se restringiu a um descritivismo empirista por cima do qual foi derramado um vago glacê de significados através de conceitos muito problemáticos” (Chasin, 1989, p. 80). Assim, por exemplo, ao mesmo tempo em que se sustentava haver um vazio de poder na década de 1930 na coalizão das classes sociais, afirmava-se que aquele período fora marcado pelo fortalecimento do poder executivo. Na tentativa de explicar a realidade nacional, perdeu-se a particularidade, a forma específica de dominação burguesa aqui existente, deixando-se, também, de esclarecer em que dimensão o populismo se diferenciava da dominação capitalista em geral (longe de explicar a especificidade da dominação local).

Os ideólogos do populismo acabaram caindo na mesma rede de abstrações que criticavam: buscaram explicar as transformações econômicas e sociais com base num modelo preestabelecido, a partir do qual concluíram que, no Brasil, há uma democracia atípica em relação à das sociedades européias. O centro da análise se limita a verificar se o período vivido é mais ou menos democrático, se existe manipulação das classes dirigentes, se ocorre a formação de instituições independentes na sociedade civil. É, então, um corpo teórico construído por comparações, subordinando todas as contradições do real a uma dada forma de fazer política, a um estilo político projetado pela conduta pessoal, que tem como fim a manipulação das massas.

Esta teoria se arvorava em alternativa às análises desenvolvidas pelos intelectuais do Partido Comunista. Conseqüentemente, pretendia ser uma crítica às práticas políticas equivocadas dos seus filiados no decorrer do pré-64. Dentre as posturas censuradas, tomava relevo a idéia de coalizão – entendida por eles como sinônimo

de subordinação do proletariado às classes dominantes, o que estaria em curso durante o populismo. A contradição desta orientação estava no fato de que recusava as alianças políticas, mas aceitava de bom grado a adesão partidária; a confusão instaurada fez que não se refletisse com seriedade sobre os significados e as condições e possibilidades das alianças reais entre partidos aliados independentes. Ou seja, não foi esclarecida a questão da construção da independência de classe, com autonomia teórica, ideológica e orgânica, com militância lúcida, numerosa e inserida em diferentes poros sociais. A grande questão é o porquê de as esquerdas do pré-64 não estarem dotadas de tais características – e sobre isso a teoria do populismo nada tem a dizer. Como Chasin advertiu,

Operando simplesmente com universais, que supôs de extração marxista, e querendo ser, de início, a consciência teórica da imanente radicalidade operária, a teoria do populismo ficou às voltas com a “anomalia” do quadro brasileiro. (...) Para a teoria do populismo, a democracia, o partido, o líder populista eram em conjunto ou a cada um *per se* o feiticeiro nefasto, que executava a mágica insuperável de atar as massas aos setores dominantes. (Chasin, 1989, p. 80)

Tal busca de fazer a crítica à esquerda tradicional e resgatar a radicalidade espontânea dos trabalhadores se baseava no seguinte diagnóstico, feito pela teoria do populismo:

Não apenas as massas, despreparadas em sua inexperiência, mas a própria esquerda foi aprisionada pelo ardil do populismo, tornando-se incapaz de converter a política de massas em *política de classes*. Ou seja, não ofereceu uma formulação alternativa ao populismo, em consonância com o potencial revolucionário, que supostamente estava contido no quadro histórico-estrutural. (Chasin, 1989, p. 81)

Assim, a teoria do populismo reivindicava, corretamente, que a esquerda encontrasse seu próprio caminho e abandonasse o reboquismo que havia marcado sua atuação no pré-64. Entretanto, partia da idéia de que a revolução brasileira era possível. “Tanto que até hoje, passados 30 anos, a teoria do populismo não arriscou se estender por uma teoria da revolução brasileira, nem há a menor possibilidade de que o faça de futuro, pois hoje ela é peça naturalmente integrada à atmosfera ‘pós-revolucionária’ em vigor” (Chasin, 1989, p. 81).

Um dos maiores problemas originados de suas orientações foi o obscurantismo em que lançou a compreensão da sociedade, ao substituir a análise das classes sociais pela analogia de *povo* ou *nação*, como “comunhão de interesses ou a solidariedade própria das comunidades” (Chasin, 1989, p. 81). Isto se explica, em parte, pelo fato de que os teóricos do populismo não se debruçaram sobre a esfera da produção, sobre o tipo de inserção que o Brasil manteve em seu percurso histórico diante do capitalismo mundial. Eles se restringiram à esfera política, como superior e regulado-

ra das relações sociais. Trata-se de uma teoria embebida em viscoso *politicismo*. “Politicizar é tomar e compreender a totalidade do real exclusivamente pela sua dimensão política e, ao limite mais pobre, apenas de seu lado político-institucional.” (Chasin, 1982, p. 7) O *politicismo*, fenômeno simétrico ao economicismo, nada tem que ver com *politização*, com valorização da atuação política. Na verdade, desvirtua a própria política, pois desmonta o complexo de especificidades que é a sociedade e toma cada uma das “partes” daí resultantes pelo viés político – *pseudopolítico*. Na prática e na teoria, toma a realidade complexa por apenas uma de suas facetas, a política, o que acaba por descaracterizá-la, por exacerbá-la arbitrariamente.

O politicismo expela a economia da política ou “torna o processo econômico meramente paralelo ou derivado do andamento político”, deixando de “considerá-los em seus contínuos e indissolúveis entrelaçamentos reais” e sem nunca admitir o caráter fundante, *ontologicamente matrizador*, do econômico (Chasin, 1982, p. 7). Trata-se de um procedimento tipicamente liberal, uma forma mesmo de acentuação do princípio liberal segundo o qual a economia pertence à esfera do privado, enquanto a política, “formalmente estufada”, vai para o terreno da coisa pública. O politicismo age, pois, como “Protetor da estreiteza econômica e política da burguesia” e, na medida em que “Efetivamente subtrai o questionamento e a contestação à sua fórmula econômica e aparentemente expõe o político ao debate e ao ‘aperfeiçoamento’”, “atua como freio antecipado, que busca desarmar previamente qualquer tentativa de rompimento deste espaço estrangulado e amesquinhado” (Chasin, 1982, p. 8).

Assim, por meio do conceito de populismo, grupos intelectuais explicam o período transcorrido entre os anos 1930 a 1964 pelo viés *politicista*, segundo o qual personalidades políticas e circunstâncias sociais se enquadrariam num determinado “estilo de fazer política”. Por isso, esta teoria não permite uma apreensão mais ampla e correta da realidade nacional, nem apresenta propostas para propiciar saltos efetivos na elevação do padrão de vida de uma grande parcela da população brasileira. Por seu politicismo visceral, não consegue perceber que as práticas políticas típicas do Brasil são resultantes da dinâmica de acumulação de capital que se deu interna e externamente por meio da produção calcada na superexploração do trabalho.

J. Chasin ressalta que, além de ser a mais antiga, a teoria do populismo, “mais do que qualquer outra das que integram o quarteto teórico dominante, é diretamente responsável pela maioria dos posicionamentos daqueles que – pessoas ou organizações políticas – pensam e querem firmar opções e atitudes *de* ou *na* esquerda” (Chasin, 1989, p. 79). Entretanto, quando analisado de forma crítica, o conceito de populismo mostra-se por demais extenso, vago e dúbio, um tipo ideal frouxo, inspiador de absurdos analíticos – e, pior, capaz de provocar equívocos práticos sérios pela história da chamada esquerda brasileira afora.

Em suma, a tese do embuste deliberado da burguesia – teoria do populismo – deveria ter-se interrogado acerca das razões pelas quais o capital não foi capaz de entificar em nossa formação histórica um capitalismo verdadeiro, completo, objetivando por estas plagas uma dominação socioeconômica do capital incompleta e incompletável – *atrófica*. Em outros termos, fenômenos postos como explicação dos caracteres nacionais deveriam, na verdade, ser tomados como *problema* e, portanto, ser investigados e explicados, em vez de tautologicamente aceitos². Por outro lado, a simples desqualificação da atuação dos trabalhadores e de seus representantes ideológico-políticos no pré-64 desta teoria decorrente é uma absoluta impropriedade – mesmo porque, ainda que se admitam todos os erros do período anterior, a esquerda pós-ditadura militar muito perdeu em substância no que tange a aspectos teóricos e práticos. Pior: sendo reducionista e partindo de um arquétipo em que tenta enquadrar a realidade, a teoria do populismo não consegue explicar o porquê do golpe de 64.

Tendo a aliança de classes populista entrado em colapso, o que teria resultado no golpe militar de 1964, a teoria do populismo cedeu espaço à *teoria do autoritarismo*, uma derivação piorada, que perdeu a historicidade – formalizou-se – e a pretensão de resgate da perspectiva radical operária. É com base no tipo ideal de democracia, na instituição de um oposto – o totalitarismo – e na comparação entre ambos que se instituiu a teoria do autoritarismo, que passamos a ver a seguir.

Democracia arquetípica e suas “degenerações”: a teoria do autoritarismo

A teoria do autoritarismo originou-se em estudos psicológicos e se estendeu, posteriormente, para a análise política, sociológica e jurídica. Em face do apoio que os Estados Unidos ofereciam às ditaduras latino-americanas que pipocaram a partir dos anos 1960, as questões do imperialismo e das formas de dominação autocráticas regionais apareciam como intimamente ligadas. A teoria do autoritarismo, abraçada por correntes diferentes, foi uma das que se propuseram explicar a situação.

São tidos como característicos de um regime autoritário a exclusividade no exercício do poder, a existência de arbitrariedades, o enfraquecimento dos vínculos jurídicos, a alteração da legislação institucional voltada à própria perpetuação no poder, o cerceamento das liberdades públicas e individuais, a perseguição aos dissidentes, a censura às opiniões e a tentativa de algum controle do pensamento e o emprego de métodos ditatoriais e compulsórios de controle político e social.

2. Veja-se, a respeito, o texto de Milney Chasin, neste número especial da Verinotio, que discorre sobre a *tendência à objetividade* que atravessou todo o pensamento chasiniano, redundando em sua teoria madura sobre as questões ontológicas.

As análises aqui desenvolvidas não estiveram isoladas dos movimentos teóricos europeus, pelo contrário, estavam estreitamente relacionadas a elas. Por exemplo, Karl Mannheim (1893-1947) analisou as sociedades de sua época pautando-se no tipo ideal de democracia liberal européia. O conceito de totalitarismo foi desenvolvido por Hannah Arendt (1906-1975) para explicar o nazismo e o fascismo na Europa no período da Segunda Guerra Mundial. A produção teórica de Alexis de Tocqueville (1805-1859) foi resgatada e transformada em ferramenta de análise por estes autores na construção de suas teorias políticas e estudo dos grandes conflitos políticos ocorridos na primeira metade do século XX. Estas teorias alcançaram boa margem de difusão entre os intelectuais europeus e americanos e obtiveram inserção na América Latina por meio da *sociologia da modernização* de Gino Germani e Torcuato Di Tella, professores da Faculdade de Ciências Sociais do Chile no início da década de 1970.

Para essa teoria, antes do fim da Primeira Guerra Mundial iniciava-se a história do totalitarismo, fenômeno político que teria marcado o século passado. Diante das necessidades geradas pela guerra e pelos imediatos acontecimentos posteriores, os representantes do poder executivo das frágeis democracias liberais européias enveredaram para o fortalecimento próprio, em contraposição ao poder legislativo. Acreditava-se que tal fenômeno seria temporário, ou seja, quando voltasse a paz, cada um desses poderes retornaria a seu papel original, previsão não consolidada – pelo contrário, a década seguinte acabou assistindo ao fortalecimento constante do estado.

Fortemente ligado à noção de monopólio de poder, totalitarismo é, de acordo com essa teoria, um regime político típico da sociedade de massas, fundado na ampliação do poder do estado a todos os espaços e esferas sociais e resultante de extremismos ideológicos e de uma concomitante desintegração da sociedade civil organizada. A banalização do terror, a manipulação das massas, a incorporação acrítica das mensagens do poder são algumas das características do fenômeno; de outro lado, vêm a existência de um partido único estatal de massas (em cuja direção se centralizam os processos de tomada de decisão); a burocratização do estado; a repressão à dissidência e a criação de um estado policial; o culto à personalidade do líder; o patriotismo exacerbado; a organização dos trabalhadores com intervenção estatal, via propaganda e apelo ao patriotismo; a censura aos meios de comunicação; a patrulha ideológica; e a militarização da sociedade e o expansionismo.

O nazismo e o fascismo, segundo a teoria mencionada, eram decorrentes do enfraquecimento da liberal-democracia e da configuração de uma sociedade de massas, facilmente manipuladas pelo *estado*. A sociedade de massas surge, segundo este

pensamento, quando se dá uma ruptura na harmonia social estabelecida pela liberal-democracia, quebrando-se os canais que compõem sua estrutura, o que desequilibra a participação popular, finalmente se perdendo o sentido da comunidade. Esse quadro geraria uma instabilidade na vida social e política, a que se somaria a falta de legitimidade da elite, que acabaria favorecendo o conflito ou a apatia social. Numa sociedade de massas, as elites seriam diretamente acessíveis à população, no sentido de que esta não agiria por meio de canais institucionais ou grupos secundários na resolução de questões presentes no momento.

Na explicação do totalitarismo como deformação do estado Chasin desvenda o pressuposto que caracteriza o estado liberal defendido pela teoria:

o estado liberal vem a ser o sistema onde predominam a *lei*, a *razão* e a *liberdade*, garantidas pela *difusão do poder* e pela estrutura *pluripartidária*. E o estado totalitário, o sistema onde prevalecem a violência extremada – o *terror* – e a dominação hipertrofiada pela concentração do poder e nutrida pelo monopólio político do *partido único* (Chasin, 1978, p. 49).

Assim, o estado liberal seria o regime da liberdade, da legalidade, da racionalidade, enquanto o totalitário seria o regime da opressão e da violência. Os fenômenos nazista, fascista e stalinista foram explicados pelos intelectuais em análise como manifestações de totalitarismo, pela ausência completa de democracia nos países em que ocorreram. Como as análises dos processos históricos foram dadas a partir do modelo da liberal-democracia (e não das transformações históricas objetivas), estas ocorrências tão diferenciadas foram analisadas de modo indistinto. Trata-se de uma classificação em relação ao que contraria o *modelo* de democracia – não necessariamente a realidade, explique-se –, reducionista, por se situar na esfera da política, e que emprega universais abstratos que mais ocultam que esclarecem o que pretende analisar.

Como se vê, a teoria em tela surgiu entre os pensadores liberais que estabeleceram a *democracia burguesa* como *modelo político ideal* e, para compreender o processo histórico de outros países, instituíram comparação com o arquétipo da democracia liberal. Assim, é possível perceber que as análises dos autores que desenvolveram ou veicularam o conceito de totalitarismo se pautaram pela incorporação do mundo burguês como forma acabada de sociabilidade; sua produção teórica se deu sob este limite: o estado como estrutura guardiã das relações sociais capitalistas.

Os teóricos do totalitarismo evitaram olhar a sociedade em sua totalidade, para se debruçarem apenas sobre a sua estrutura consolidada na sociedade capitalista. Como partem da posição burguesa, estabelecem como referência a relação entre *estado* – como *grande gerenciador dos negócios burgueses* – e sociedade civil: de acordo com eles, se o estado suprime o pluripartidarismo para impor um partido único, é o ter-

ror, reina o *totalitarismo*. Mas se, ao contrário, o estado retirar o seu poder para deixar prevalecer a sociedade civil, a liberdade ganha dimensão.

Insiste-se: as determinações relacionadas ao totalitarismo nada mais são do que definições que se remetem à negação dos caracteres liberais. “Em última instância, a noção de *totalitarismo nada mais reflete do que o liberalismo com sinal trocado*” (Chasin, 1978, p. 49). É esse “arquétipo democrático ou a democracia como critério de verdade que faculta a edificação da teoria do autoritarismo” (Chasin, 1989, p. 77). Chasin adverte que não se trata apenas de debilidade teórica, pois as posições explicitam claramente o interesse de separar as esferas que compõem a sociabilidade:

Configura-se, portanto, uma concepção cujos pressupostos necessários são: uma abstrata relação excludente entre poder material e poder jurídico, e a atribuição, também em abstrato, de valor positivo ao campo jurídico e de negativo ao poder material. Pressupostos que implicam considerar o estado liberal uma sorte de fim da história, portanto, racionalmente insuperável, eterno como valor prático e teórico. (Chasin, 1978, p. 50)

Como a teoria do totalitarismo não conseguia explicar alguns fenômenos da América Latina, apelou-se para outro conceito, que expressasse uma sociedade que não chega a ser totalitária, mas se afasta da democracia liberal típica: o de *autoritarismo*. O ponto de partida para fundamentar o construto conceitual em exame foi a criação do arquétipo de *democracia*, do qual foram derivados os outros dois modelos de tipo ideal para explicar os fatos históricos no século XX, como salienta Chasin:

Por definição negativa, no pólo simétrico à democracia, aparece o totalitarismo como expressão pronta e acabada de sua negação absoluta, e o autoritarismo como uma figura intermediária, desprovida enquanto tal de partes e procedimentos básicos do perfil democrático, sem que atinja o cancelamento integral das liberdades que é o formato totalitário. Assim, o autoritarismo é a voz abstrata que domina os quadros em geral de carência democrática, a falta decisiva, ainda que parcial, de franquias públicas. Ou seja, enquanto o autoritarismo é a atrofia ou a ausência, em graus diversos, de liberdade política, o totalitarismo é o regime do terror contra o indivíduo, movido pelo estado policial, que concentra em si todos os poderes e através deles exerce todos os controles sociais. (Chasin, 1989, p. 78)

A corrente desta teoria que alcançou maior expressão na América Latina foi a criada por Guillermo O’Donnell, para quem o autoritarismo era parte orgânica do aprofundamento do processo de acumulação em curso, ou seja, estava no bojo da adoção de tecnologias intensivas em capital nas indústrias de base e de bens de capital. Esta tese, adotada no Brasil pela *analítica paulista*, ligava-se à teoria da dependência, segundo a qual a poupança externa tinha importância para o processo de industrialização nacional – era necessária uma *associação* com o capital dominante estrangeiro para que houvesse o desenvolvimento nacional, e neste processo incluíam-se formas de dominação autoritárias. Não deixou de ser, portanto, também ela

uma teoria da transição transada, ou da auto-reforma *lerda, longa e limitada* do regime bonapartista para a forma institucionalizada de dominação burguesa.

Faz parte dessa teoria um enquadramento classificatório que tem como eixo certo paradigma de democracia. Em outros termos, tanto o conceito de autoritarismo como o de totalitarismo foram construídos a partir da comparação com a democracia, com o estado liberal, pautado pela “sociedade política de direito, cujo poder difuso se manifesta por controles sociais pluralistas” (Chasin, 1989, p. 78). De um lado, pôs-se o totalitarismo como absoluta negação da democracia, e de outro o autoritarismo como nível intermediário. Mais ainda: ao mesmo tempo em que era critério de verdade, a democracia também era a finalidade da ação, ou seja, a análise era imediatamente regida pelos propósitos políticos e, por isso, pôde se manter no nível da superficialidade.

A liberal-democracia é um modelo político que tem como princípio o liberalismo, a visão burguesa do mundo. Os pensadores liberais naturalizam as relações sociais e afirmam que os homens são intrinsecamente isolados e egoístas, motivo pelo qual defendem a construção do *estado* como fundamental para garantir a convivência minimamente razoável entre os homens. A competitividade não é apenas naturalizada: é também vista como a alma das relações humanas; somente a criação de um aparato jurídico coercitivo poderia limitar o ímpeto da autodestruição da espécie. Com isto, o mercado – a livre concorrência entre os produtores privados, hoje sob o jugo dos monopólios e oligopólios – é tomado como intrínseco à vida humana. Ao se subtraírem ao exame as condições materiais de existência e ignorarem o palco das disputas travadas em defesa da propriedade privada, as teorias mencionadas atrelam a democracia imediatamente à liberdade do capital no mercado. Ao reduzirem todas as questões sociais à esfera meramente política, os teóricos do autoritarismo passaram a pleitear a democracia como “plenitude da forma do poder do estado”.

Assim, enquanto a esquerda tradicional atuante no pré-64 se perdia entre um *abstrato revolucionarismo* e o *ativismo candatário*, seus críticos recaíam em outra forma de maniqueísmo: *democratismo* e *autoritarismo*. São duas correntes “necrófilas do *corpus liberal*”: ambas acreditam na instituição acabada, em solo nacional, seja da forma concluída do capital, seja da forma de dominação liberal-democrática – esquecendo-se de verificar a possibilidade histórica de ocorrerem estas totalizações. “Subsumidas, as duas, ao universo teórico do capital, distinguem-se, neste campo, apenas pela modalização de suas ideologias: a esquerda tradicional efetiva esta encarnação como *torcida liberal* pela inintegralização do capital, e a nova esquerda toma o corpo da *teimosia liberal*, conversão da hipótese do liberalismo, numa formação de liberalismo impossível.” (Chasin, 1985, p. XII)

De acordo com Chasin, o conceito de autoritarismo é um construto teórico que se resume a dividir a complexidade real em “partes” e autonomizar o círculo político em relação a todas as demais, em especial às bases materiais de existência. Dissolvendo-se a complexa realidade concreta em uma “calda” política, promove-se a hipertrofia do político, uma espécie de *hiperpolítica*, que se nega a si própria³. Em outras palavras, transforma a “totalidade estruturada do real – complexo de mediações – num bloco de matéria homogênea” que, além de constituir uma falsificação intelectual, “configura para a prática um objeto irreal”, resultado do desprezo das dimensões social, política, ideológica e, especialmente, das relações e fundamentos econômicos que constituem o ente concreto (Chasin, 1982, p. 7).

Assim, a teoria em exame deixou de levar em consideração a produção e a reprodução da vida, bem como as especificidades das formas de dominação política e as formações sociais em suas peculiaridades e particularidades históricas. Os construtos teóricos mencionados não passaram de instrumentos subjetivos de aproximação cognitiva – *tipos ideais* de talhe weberiano –, que na sua origem não pretendiam mesmo corresponder à realidade enquanto tal. Pior, prestam-se a obscurecer o que se propõem explicar, as formas de dominação, pois só conseguem dizer o que não são, sem atinar para o que efetivamente são – e, portanto, sem trazer nenhuma proposição de ultrapassagem das condições concretas de limitação das liberdades.

Considerações finais

O quarteto nada fantástico cujas idéias mais centrais apenas enumeramos, retomando a espinha dorsal da crítica chasiniana, pauta-se por uma perspectiva analítica muito pouco inocente. Seu nervo consiste em subentender a sociedade capitalista sob forma liberal-democrática e tomá-la como modelo ideal pelo qual se aquilatham formações sociais reais e específicas. Assim, em apenas um movimento, conseguem naturalizar e legitimar a sociedade capitalista, arrogar à democracia o qualitativo de forma de organização social mais desenvolvida e arrojar a temática da emancipação humana ao latão de lixo da história. Ainda assim, a influência das teorias elaboradas pela analítica paulista foi avassaladora nos meios da chamada “esquerda” brasileira, no seu esforço de fazer a crítica e ultrapassar os limites dos seus antigos representantes institucionais, além da Cepal e do Iseb.

As teorias da marginalidade, da dependência, do autoritarismo e do populismo – esta mais que todas as outras – tentaram explicar a realidade brasileira por meio de uma comparação com moldes europeus, anulando as relações existentes entre o

3. A respeito, veja-se o artigo de Ana Selva Albinati, neste número especial da Verinotio, que trata da questão da politicidade em Marx e em Chasin.

capitalismo constituído no Brasil e o conjunto da burguesia mundial. Portanto, é possível afirmar que serviram para camuflar a entificação específica do modo de produção do capitalismo no país e o papel que o estado exerce nesse processo. Ademais, por se pôr à esquerda do capital, sem ultrapassar o ideário que norteia o pensamento liberal, este *corpus* teórico resultou no arrefecimento da esquerda e no abandono de qualquer perspectiva de transformação social que altere o sistema produtivo vigente. Tais teorias resultaram, por caminhos diversos, na capitulação em relação à ordem metabólica do capital e a toda a sua barbárie, embrutecimento e alienação. Não obstante suas propaladas intenções de compreender a realidade nacional, contribuíram para elidir as características particulares da formação brasileira e, com isto, por sua larga disseminação no seio da assim chamada esquerda, tiraram da perspectiva do trabalho a “arma da crítica”.

Mesmo com – ou, talvez, exatamente pelas – suas graves insuficiências internas, estas teorias se colocaram como instrumento de análise e de condução de práticas sociais e políticas em nosso país, influenciando largamente movimentos sociais e partidos que vão do PSDB ao seu *primo pobre*, o PT – não obstante as autoproclamadas diferenças radicais entre os escopos teóricos de ambas as agremiações.

Assim, passados 40 anos da ditadura militar, já puída (sem ser devidamente feita!) a discussão sobre a consolidação da democracia brasileira, os principais representantes teórico-ideológicos da esquerda do capital nada têm a dizer, porque esgotados em seus próprios referenciais, e a “esquerda” continua desorientada em meio à grande *usina do falso* em que se constituiu o capitalismo atual.

As críticas de Chasin apontam alguns caminhos, que necessariamente exigem uma séria revisão teórica e prática, de maior rigor, sobre a história brasileira, direcionada a retomar uma práxis transformadora da realidade:

é preciso fazer – não alguma coisa, mas a coisa certa. Re-começar. Sem mito e sem mística, o re-começo é antes de tudo um re-encontro da classe, uma retomada da razão do trabalho, como potência central de uma dada ação política, que faz política para além da mera razão política. Ação política, nem politicismo, nem economicismo, ou seja, movimento social que visa à matriz e por seu meio o complexo da sociabilidade que ela engendra e mantém (Chasin, 1987, p. 199).

Referências bibliográficas

CHASIN, J. Politização da totalidade: oposição e discurso econômico. *Revista Temas de Ciências Humanas*. São Paulo: Editorial Grijalbo, n. 2, 1977.

_____. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo híper-tardio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

_____. Lukács: vivência e reflexão da particularidade. *Revista Ensaio*. São Paulo: Ensaio, n. 9, 1982.

_____. A esquerda e a Nova República. *Revista Ensaio*. São Paulo: Ensaio, n. 14, 1985.

_____. A sucessão na crise e a crise na esquerda. *Revista Ensaio*. São Paulo: Ensaio, n. 17/18, 1989.

_____. “Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica”. In: *Pensando com Marx*. São Paulo: Ensaio, 1995.

